

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO E TÓPICOS FINANÇAS PÚBLICAS

(95 questões)

Grupo 1: Introdução às Finanças Públicas

01 - (VUNESPE/Economista/BNDES-2002) Com relação à participação do governo na economia, estudos empíricos demonstraram que, no longo prazo, a evolução da participação do gasto público na renda dos países avançados é

- (A) decrescente, derivando-se desta evolução a chamada “lei de Wagner” das Finanças Públicas.
- (B) decrescente, derivando-se desta evolução a chamada “Curva de Laffer”, aplicada às Finanças Públicas.
- (C) crescente, derivando-se desta evolução a chamada “lei de Wagner” das Finanças Públicas.
- (D) crescente, derivando-se desta evolução a chamada “Curva de Laffer”, aplicada às Finanças Públicas.
- (E) crescente, derivando-se, do padrão de evolução constatado, a chamada “lei de Say”, aplicada às Finanças Públicas.

02 - (ESAF/AFC-CGU/2004) - A necessidade de atuação econômica do setor público prende-se à constatação de que o sistema de preços não consegue cumprir adequadamente algumas tarefas ou funções. Assim, é correto afirmar que

- a) a função distributiva do governo está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos eficientemente pelo sistema de mercado.
- b) a função alocativa do governo está relacionada com a intervenção do Estado na economia para alterar o comportamento dos níveis de preços e emprego.
- c) o governo funciona como agente redistribuidor de renda através da tributação, retirando recursos dos segmentos mais ricos da sociedade e transferindo os para os segmentos menos favorecidos.
- d) a função estabilizadora do governo está relacionada ao fato de que o sistema de preços não leva a uma justa distribuição de renda.
- e) a distribuição pessoal de renda pode ser implementada por meio de uma estrutura tarifária regressiva.

03 - (ESAF/AFC-CGU/2004) - Os modelos macroeconômicos procuram analisar o comportamento dos gastos públicos durante o tempo. Os modelos que tentam associar o crescimento dos gastos públicos com os estágios de crescimento do país foram desenvolvidos por

- a) Peacock , Wiseman e Wagner.
- b) Adolpho Wagner.
- c) Peacock, Wiseman e Herber.
- d) Musgrave, Rostow e Herber.
- e) Musgrave, Rostow e Kay.

04 - (ESAF/Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento/2005)

- De acordo com a teoria das Finanças Públicas, existem algumas circunstâncias conhecidas como falhas de mercado, que impedem que ocorra uma situação de ótimo de Pareto. Assinale a opção falsa no tocante a tais circunstâncias.

- a) Existência de bens públicos.
- b) Externalidades.
- c) Existência de monopólios naturais.
- d) Maior transparência dos mercados.
- e) Mercados incompletos.

05 - (SEFAZ/Analista do Tesouro do Estado do Amazonas/2005) - A disciplina Finanças Públicas pode ser definida como o estudo da:

- (A) obtenção, criação, gestão e dispêndio, pelo Estado, dos meios materiais e serviços visando à satisfação das necessidades coletivas;
- (B) sistemática impositiva de mecanismos de controle, transparência e fidedignidade das informações prestadas pelos gestores públicos;
- (C) natureza jurídica das relações travadas entre particulares e o Estado no exercício do poder de polícia;
- (D) avaliação do cumprimento das metas previstas nos instrumentos de planejamento orçamentário;
- (E) sistemática de controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres dos entes federados.

Grupo 2: Teoria da Tributação e Sistema Tributário

01 - (ESAF/Fiscal de Tributos Estaduais/PA – 2002) - De acordo com os princípios teóricos de tributação, indique a única opção correta.

- a) Pelo princípio da equidade, os tributos são utilizados na correção de ineficiências observadas no setor privado.
- b) Segundo o princípio do benefício, inexistem problemas de implementação de impostos ou taxas.
- c) O imposto de renda é um típico exemplo de aplicação do princípio da capacidade de pagamento.
- d) Os tributos são constituídos por impostos e taxas.
- e) Pelo princípio da neutralidade, um tributo deve ser equânime, no sentido de distribuir seu ônus de maneira justa entre os indivíduos.

02 - (ESAF/AFRF – 2002) - Segundo o princípio da equidade, na teoria da tributação, dois critérios são propostos: a classificação dos indivíduos que são considerados iguais e o estabelecimento de normas adequadas de diferenciação.

Indique quais são esses critérios.

- a) Neutralidade e eficiência.
- b) Benefício e capacidade de contribuição.
- c) Unidade e universalidade.
- d) Eficiência e justiça.
- e) Produtividade e eficiência.

03 - **(ESAF/AFRF-2000)** - A teoria econômica moderna estabelece critérios de imposição de tributos. O critério que postula que a tributação não introduza distorções nos mecanismos de funcionamento e alocação de recursos da economia de mercado é o da

- a) universalidade
- b) equidade
- c) neutralidade
- d) justiça social
- e) Adequação

04 - **(ESAF/AFC-SFC-2002)** - Com base na teoria da tributação, identifique a única opção incorreta.

- a) A eficiência de um sistema tributário refere-se aos custos que impõe aos contribuintes.
- b) A equidade de um sistema tributário diz respeito à justiça na distribuição da carga tributária entre a população.
- c) Ao considerar alterações na legislação tributária, os formuladores de políticas econômicas enfrentam um dilema entre eficiência e equidade.
- d) Segundo o princípio do benefício, é justo que as pessoas paguem impostos de acordo com o que recebem do governo.
- e) A equidade vertical afirma que os contribuintes com capacidades de pagamento similares devem pagar a mesma quantia.

05 - **(ESAF/AFRF-2000)** - O governo não só arrecada impostos, mas também devolve parte deles sob a forma de transferências e subsídios. Segundo os textos usuais de Finanças Públicas, identifique a opção correta.

- a) Subsídios podem ser considerados impostos indiretos com o sinal negativo.
- b) O imposto de renda é exemplo de imposto indireto e de tributo federal.
- c) Os impostos diretos incidem sobre os preços dos bens e serviços.
- d) Transferências são impostos indiretos com o sinal positivo.
- e) Os impostos indiretos incidem sobre a renda ou a propriedade.

06 - **(ESAF/AFRF – 2002)** - Admitindo que um imposto geral e progressivo sobre a renda é mais eficiente que outro tributo, identifique a única afirmativa que não é verdadeira.

- a) Diferentes categorias de rendimentos são variáveis homogêneas no que se refere ao esforço e ao custo financeiro envolvido na sua percepção.
- b) O imposto de renda da pessoa física permite uma adaptação às características pessoais do contribuinte.
- c) A utilidade marginal da renda é decrescente e assume valores equivalentes para indivíduos diversos, de tal forma que uma curva de utilidade marginal para a comunidade pode ser obtida pela agregação dos valores individuais correspondentes.
- d) As distorções provocadas a longo prazo pela inflação e pelo crescimento econômico são adequadamente compensadas por reajustamentos periódicos na escala do imposto.
- e) O nível de renda é considerado como um parâmetro de pior qualidade para a medição da capacidade individual de contribuição.

07 - **(ESAF/AFRF-2000)** - Sabendo-se que o imposto seletivo é um tributo que incide apenas sobre alguns bens, identifique a opção falsa.

- a) Um imposto seletivo pode ser justificado como um tipo de tributação direta de acordo com o benefício.
- b) Um imposto seletivo pode ser empregado para “desestimular” o consumo de certos bens considerados prejudiciais à saúde e à sociedade.
- c) O imposto seletivo pode ser utilizado para reforçar a progressividade da estrutura fiscal.
- d) O imposto seletivo pode ser aplicado ao produto de determinadas indústrias, de modo a conter a poluição ambiental.
- e) Um imposto seletivo pode ser empregado como fonte adicional de receita geral para complementar outros impostos, quando o custo de arrecadação na cobrança desses impostos é elevado.

08 - **(ESAF/AFC-CGU/2004)** - De acordo com a teoria da tributação, aponte a única opção incorreta.

- a) Os impostos específicos são aqueles cujo valor do imposto é fixo em termos monetários.
- b) Os impostos ad-valorem são aqueles em que se tem uma alíquota de imposto e o valor arrecadado depende da base sobre a qual incide.
- c) Os impostos específicos são pró-cíclicos.
- d) O sistema tributário deve poder conter o processo de crescimento desajustado, atuando, muitas vezes, de forma contracíclica.
- e) Um sistema tributário é progressivo quando a participação dos impostos na renda dos agentes diminui conforme a renda aumenta.

09 - **(ESAF/AFRF – 2002)** - Em relação à composição da receita tributária no Brasil, indique a opção incorreta.

- a) Após a reforma tributária de 1988, destacou-se o aumento da participação das receitas de contribuição, não sujeitas a partilhas com os Estados e Municípios, como percentual do PIB.
- b) A tendência à elevação da carga tributária ao longo dos anos 90 decorreu principalmente da carga de tributos incidentes sobre bens e serviços, explicada em boa parte pelo crescimento da carga de impostos cumulativos, que, do ponto de vista econômico, são de boa qualidade.
- c) No que diz respeito ao imposto de renda retido na fonte, destacou-se a tendência à maior taxação dos rendimentos de capital, no final dos anos 90.
- d) O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é uma fonte importante de receita do governo federal, sendo o traço mais marcante do imposto a concentração da sua arrecadação em um grupo reduzido de bens.
- e) Na década de 90, observou-se um aumento da arrecadação do imposto de importação, refletindo os efeitos do processo de abertura comercial e da redução das barreiras quantitativas.

10 - **(ESAF/AFRF – 2000)** - Diz-se que, conforme o tamanho da carga tributária e o tipo de tributo, a pressão tributária pode exercer efeitos sobre as poupanças dos indivíduos. Identifique qual dos efeitos mencionados é o verdadeiro.

- a) A parcela da renda que os indivíduos destinam à poupança é desviada para um menor consumo.
- b) O volume das poupanças individuais é reduzido e transferido à economia pública.
- c) A alocação das poupanças de aplicações mais arriscadas e rentáveis é desviada para aplicações menos seguras e mais onerosas.
- d) Os tributos cobrados sobre os rendimentos das poupanças dos indivíduos não modificam a estrutura de suas aplicações.
- e) A incidência dos impostos sobre os rendimentos das poupanças estimulam os indivíduos a poupar.

11 - (ESAF/AFRF – 2002) - Identifique a opção falsa no tocante aos efeitos de médio e longo prazo que podem ocorrer na distribuição da carga tributária ao se adotar o Imposto sobre a Renda como instrumento de política econômica, em um contexto de inflação e de crescimento econômico.

- a) Se o efeito da inflação sobre as diferentes categorias de rendimento e os diferentes níveis de remuneração forem uniformes, a utilização de um índice representativo do aumento geral nos preços durante o período não contribui para alterar o grau de progressividade do tributo.
- b) A correção monetária do salário é automaticamente incluída na declaração de rendimentos, não ocorrendo o mesmo para alguns rendimentos de capital.
- c) Para contribuintes que auferem basicamente rendimentos de capital, a correção posterior dos intervalos de classe da tabela progressiva representa uma redução gradual nos respectivos coeficientes de carga tributária efetiva.
- d) Quando o desenvolvimento econômico é acompanhado por uma distribuição mais equitativa da renda, o resultado é um aumento na progressividade efetiva do tributo.
- e) Em um contexto de crescimento econômico, uma elevação geral do nível de renda real de todos os contribuintes, a longo prazo, eleva os coeficientes da carga tributária média em todos os extratos da distribuição.

12 - (VUNESPE/Economista/BNDES-2002) Um imposto sobre transações será considerado “em cascata” ou cumulativo quando

- (A) seu valor for calculado apenas em uma das etapas do processo de produção e circulação de mercadorias.
- (B) for calculado em todas as etapas do processo de produção e circulação de mercadorias, sendo seu valor obtido pela aplicação de uma alíquota fixa sobre o valor adicionado em cada etapa.
- (C) for calculado em todas as etapas do processo de produção e circulação de mercadorias, sendo seu valor obtido pela aplicação de uma alíquota sobre o preço do produto em cada etapa.
- (D) for calculado em todas as etapas do processo de produção e circulação de mercadorias, sendo seu valor obtido pela aplicação de uma alíquota fixa sobre o lucro de cada etapa.
- (E) for calculado em todas as etapas do processo de produção e circulação de mercadorias, sendo seu valor obtido pela aplicação de uma alíquota variável sobre o valor adicionado em cada etapa.

13 - (ESAF/AFRF/2003) - As contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, obedecem a algumas exigências e princípios constitucionais. Aponte qual contribuição tem como fato gerador o faturamento

operacional das empresas privadas com ou sem fins lucrativos e a utilização do trabalho assalariado ou de quaisquer outros que caracterizem a relação de trabalho.

- a) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- b) Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).
- c) Contribuição Social s/ o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica (CSLL).
- d) Contribuição Provisória s/ a Movimentação Financeira (CPMF).
- e) Contribuição para o Programa de Integração Nacional (PIN).

14- **(ESAF/AFRF/2003)** - Com base na imposição de um imposto, assinale a única opção falsa.

- a) Quando um imposto é aplicado num mercado, há dois preços de interesse: o que o Demandante paga e o que o ofertante recebe.
- b) O imposto sobre a quantidade é uma taxa cobrada por cada unidade vendida ou comprada do bem.
- c) O imposto sobre o valor é uma taxa expressa em unidades percentuais.
- d) A parte de um imposto que é repassada aos consumidores independe das inclinações relativas das curvas de oferta e demanda.
- e) A produção perdida é o custo social do imposto.

15 - **(ESAF/AFRF/2003)** - A forma como são estruturados os sistemas tributários determina o impacto dos impostos tanto sobre o nível de renda como sobre a organização econômica. Quanto ao aspecto de afetar a distribuição de renda, não se pode afirmar que:

- a) os impostos indiretos aumentam a desigualdade na distribuição do produto nacional.
- b) a implantação de um sistema tributário em que todos pagam 7% de sua renda como imposto caracteriza um sistema proporcional.
- c) os impostos diretos, tais como o ICMS e o IPI, que não incidem sobre a renda, mas sobre o preço das mercadorias, são impostos regressivos.
- d) com impostos regressivos, os segmentos sociais de menor poder aquisitivo são os mais onerados.
- e) a estrutura tributária, baseada em impostos progressivos, onera proporcionalmente mais os segmentos da sociedade de maior poder aquisitivo.

16- **(ESAF/AFRF/2003)** - Suponha uma alíquota tributária de 50%, incidente sobre um produto que agrega valor a matérias-primas, sem o uso de outros produtos que tenham passado previamente por algum processo de transformação. O valor por unidade do produto é de R\$ 100,00. O preço do produto quando o imposto é calculado “por dentro” será:

- a) R\$ 125,00
- b) R\$ 175,00
- c) R\$ 150,00
- d) R\$ 155,00
- e) R\$ 200,00

17 - **(ESAF/Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento/2005)**

-No que diz respeito à composição dos tributos no Brasil, nos últimos dez anos, indique a única opção incorreta.

- a) No período de 1999-2002, cerca de cinco pontos percentuais do PIB foram acrescidos à carga tributária para conter uma expansão mais forte da dívida pública.
- b) O aumento da receita impositiva processou-se, basicamente, por meio da elevação de contribuições com incidência cumulativa.

- c) Para a elevação da carga tributária, contribuíram, um aumento na tributação indireta e a arrecadação de outras receitas extraordinárias.
- d) Agravou-se o caráter progressivo do sistema tributário brasileiro, baseado em tributos indiretos.
- e) Observou-se baixa participação relativa dos impostos diretos sobre a renda e sobre a propriedade.

Grupo 3: Temas Orçamentários

01 - **(ESAF/AFC-CGU/2004)** - Pesquisando as experiências na área orçamentária podem-se encontrar diversos processos de elaboração de orçamento nos quais a presença de maior ou menor grau de ação planejada provoca grandes contrastes. Assinale a definição que identifica o orçamento de desempenho.

- a) Processo orçamentário que se apóia na necessidade de justificativa de todos os programas cada vez que se inicia um novo ciclo.
- b) Processo orçamentário em que é explicitado apenas o objeto de gasto.
- c) Processo orçamentário que representa duas dimensões do orçamento: objeto de gasto e um programa de trabalho, contendo as ações desenvolvidas.
- d) Orçamento elaborado por meio de ajustes marginais nos seus itens de receita e despesa.
- e) Processo orçamentário que se apóia no critério de alocação de recursos por meio do estabelecimento de um quantitativo financeiro fixo.

02 - **(ESAF/AFC-CGU/2004)** - A receita da administração pública pode ser classificada quanto à natureza, ao poder de tributar, à coercitividade, quanto à afetação patrimonial e quanto à regularidade. Marque a opção falsa.

- a) Quanto à afetação patrimonial, as receitas são classificadas em orçamentárias e extra-orçamentárias.
- b) Quanto ao poder de tributar, a receita é dividida conforme a discriminação constitucional das rendas, em federal, estadual e municipal.
- c) Quanto à coercitividade, as receitas podem ser divididas em originárias e derivadas.
- d) Quanto à regularidade, as receitas podem ser desdobradas em ordinárias e extraordinárias.
- e) Na classificação quanto à natureza, diz-se que as receitas tributárias e as receitas de contribuições são exemplos de receitas correntes.

03 - **(ESAF/AFC-CGU/2004)** - O Plano Plurianual de 2000-2003 do governo brasileiro, que recebeu o nome de Avança Brasil, continha mudanças de grande repercussão no sistema de planejamento e orçamento do Governo Federal. Segundo o conteúdo desse plano, identifique a única opção que não é pertinente.

- a) Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento balizaram a organização espacial das ações e a seleção de empreendimentos estruturantes que aportam ao Plano Plurianual a dimensão de um projeto de desenvolvimento nacional.
- b) O desenvolvimento sustentável contava com a grande capacidade de geração de poupança interna e com a força do mercado de capitais para o financiamento de longo prazo, necessário para viabilizar os novos investimentos em infraestrutura e ampliar o número de empresas instaladas no País.
- c) Diante das restrições fiscais, os recursos foram alocados para setores essenciais à retomada do crescimento e para as demandas sociais mais críticas.

- d) Os investimentos necessários ao desenvolvimento não seriam somente tarefa do setor público. A parceria entre governo, iniciativa privada e a sociedade organizada seria indispensável para alcançar os objetivos econômicos e sociais.
- e) Para crescer de forma consistente, o país precisaria consolidar a estabilidade econômica e essa estabilidade só estaria garantida com um efetivo ajuste fiscal.

04 - **(ESAF/AFC-CGU/2004)** - Com relação à despesa pública, identifique a que natureza de categoria de programação orçamentária corresponde o pagamento de sentenças judiciais.

- a) atividades
- b) projetos
- c) programas
- d) planejamento prévio
- e) operações especiais

05 - **(ESAF/AFRF/2003)** - Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da federação. Deste modo, na Lei de Responsabilidade Fiscal, foram definidos procedimentos e normas a serem observados pelo poder público. Com base na referida Lei, identifique a opção incorreta com relação à receita.

- a) O Poder Legislativo somente poderá efetuar a reestimativa de receita se ficar comprovado erro ou omissão de ordem técnica e legal.
- b) Se o montante previsto para as receitas de operação de crédito ultrapassarem o das despesas correntes constantes do projeto de lei orçamentária, o Poder Legislativo poderá efetuar a reestimativa de receita.
- c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual deverão conter um demonstrativo da estimativa e das medidas de compensação da renúncia de receita.
- d) Cada nível de governo deverá demonstrar que a renúncia de receita foi considerada na Lei Orçamentária Anual e que não afetará as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- e) No prazo previsto, as receitas previstas serão desdobradas pelo Poder Executivo em metas bimestrais de arrecadação.

Grupo 4: Déficit e Dívida Pública

01 - **(ESAF/AFRF – 2000)** - O déficit do setor público brasileiro representou uma significativa parcela do PIB durante a década de 80, tendo aumentado sistematicamente durante este período. Entre as razões que explicam esse comportamento, não se encontra o (a)

- a) incremento das despesas do setor público em decorrência do grande aumento do número de funcionários
- b) diminuição das receitas do governo em virtude do fraco desempenho da economia ao longo da década
- c) aumento significativo das dívidas públicas externa e interna
- d) incapacidade do governo de pagar o serviço da dívida, motivando a capitalização dos juros não pagos
- e) devolução dos recursos obtidos do arresto dos ativos financeiros do público, pelo governo federal

02 - (ESAF/AFRF – 2000) - Utilizando conceitos básicos de finanças públicas, assinale a única opção correta em relação ao déficit público.

- a) A diferença entre o déficit primário e o déficit operacional está em que o primeiro considera as despesas e receitas financeiras.
- b) O déficit nominal é sempre menor do que o déficit operacional.
- c) A diferença entre o déficit operacional e o déficit nominal está em que o segundo não considera o imposto inflacionário como receita real do governo.
- d) O déficit público é a única causa de expansão da base monetária.
- e) Enquanto o país conviveu com elevadas taxas de inflação, o déficit nominal foi menor do que o déficit primário.

03 - (ESAF/AFCE-CE/TCU/2000) - No que tange à medição dos resultados do setor público, consagraram-se os conceitos de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) Nominal, Operacional e Primário; em relação a estes, podemos afirmar que:

- a) a NFSP operacional é igual à NFSP nominal acrescida da taxa nominal de juros paga sobre a dívida externa do governo
- b) a NFSP nominal é igual à NFSP primária mais os juros reais pagos em função da dívida interna do governo
- c) a NFSP operacional é igual à NFSP primária acrescida dos juros reais pagos sobre as dívidas interna e externa do governo
- d) a NFSP primária é igual à NFSP nominal acrescida da correção monetária que incide sobre as dívidas externa e interna do governo
- e) a NFSP nominal é igual à NFSP operacional diminuída da correção monetária que incide sobre as dívidas interna e externa do setor público

04 - (ESAF/AFC-SFC-2002) - O cálculo das Necessidades de Financiamento do Governo Central (NFGC) é baseado em metodologia aceita internacionalmente pelas principais entidades governamentais e financeiras. Para se obter o conceito de resultado primário são consideradas apenas as receitas:

- a) provenientes da privatização.
- b) obtidas no mercado financeiro.
- c) genuínas.
- d) de operações de crédito.
- e) decorrentes de aplicação financeira.

05 - (ESAF/Analista de Planejamento e Orçamento/2002) - Considere:

- G = total de gastos não-financeiros do governo;
- T = total da arrecadação não-financeira do governo;
- B = estoque da dívida pública;
- i = taxa nominal de juros;
- r = taxa real de juros;
- Dcn = déficit público conceito nominal;
- Dco = déficit público conceito operacional;
- D = déficit primário.

Com base nestas informações, é correto afirmar que:

- a) $D_{cn} = G - T + i.B$
- b) $D_{cn} = G - (T + i.B)$
- c) $D_{co} = G - (T + r.B)$
- d) $D = G - i.B$
- e) $D_{co} = G - r.B$

06 - (ESAF/Fiscal de Tributos Estaduais/PA – 2002) - Existem dois critérios para o cálculo do déficit público: o critério “acima da linha” e o critério “abaixo da linha”. Identifique o conceito que não corresponde à ótica “abaixo da linha”.

- a) Déficit público de pleno emprego.
- b) Necessidades de Financiamento do Setor Público no conceito nominal.
- c) Necessidades de Financiamento do Setor Público no conceito operacional.
- d) Dívida Fiscal Líquida.
- e) Dívida Líquida do Setor Público.

07 - (VUNESPE/Economista/BNDES-2002) Os termos “acima da linha” e “abaixo da linha”, aplicados em relação ao déficit público no Brasil, correspondem a

- (A) duas definições distintas de déficit público, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não dos pagamentos de juros pelo governo.
- (B) dois conceitos distintos de déficits, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não da correção monetária paga pelo governo.
- (C) conceitos distintos de déficit, calculados a partir da mesma fonte de informações.
- (D) duas formas de medir o déficit, respectivamente, a partir de sua geração e de seu financiamento.
- (E) duas definições distintas de déficit público, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não das despesas de capital do governo.

08 - (ESAF/AFRF – 2002) - De acordo com os fundamentos de finanças públicas, assinale a única opção correta.

- a) O déficit público é equivalente à diferença entre o valor dos investimentos privados e a poupança do governo em conta corrente.
- b) O déficit nominal é menor que o déficit primário, diferença essa que é tanto menor quanto maior for a taxa de inflação no período em consideração.
- c) A carga tributária líquida representa o total de impostos arrecadados no país.
- d) O financiamento do déficit público tem como única fonte de recursos a venda de títulos públicos ao setor privado.
- e) O conceito de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) contempla, como setor público, o governo central, os governos regionais (Estados, Municípios e Distrito Federal), a previdência social, as empresas estatais e as agências descentralizadas.

09 - (ESAF/Analista de Comércio Exterior/1998) - Considere um investidor estrangeiro pensando em aplicar parte de seus fundos em títulos da dívida interna brasileira por um mês. A taxa de juros mensal no Brasil é de 30%. No mês presente, é necessária uma unidade da moeda deste investidor estrangeiro para comprar um Real, enquanto no próximo mês, o valor esperado é de 0.95 unidades da moeda deste investidor para comprar um Real. Indique qual das afirmações abaixo seria compatível com uma explicação de comportamento racional por parte deste investidor.

- a) ele deveria comprar os títulos da dívida brasileira se a taxa de juros real em seu país fosse de 25% ao mês

- b) ele deveria comprar os títulos da dívida brasileira se a taxa de juros real em seu país fosse inferior a 22% ao mês
- c) ele não deveria comprar os títulos da dívida brasileira se a taxa de juros real em seu país fosse de 21% ao mês
- d) ele deveria comprar os títulos da dívida brasileira apenas se a taxa real de juros em seu país fosse inferior a 30% ao mês
- e) ele deveria comprar os títulos da dívida brasileira, mesmo se a taxa real de juros em seu país fosse superior a 30% ao mês

10 – **(CESPE-UnB/Consultor do Senado Federal- Política Econômica/2002)** - A análise do funcionamento do setor público brasileiro é fundamental para a compreensão do processo de desenvolvimento do país. Julgue os itens abaixo, referentes a esse assunto.

- 1) A razão da dívida pública em relação ao PNB, que mensura a magnitude da dívida relativa ao tamanho da economia, diminui quando a taxa de crescimento da economia eleva-se e quando o superávit primário aumenta.
- 2) No Brasil, as necessidades de financiamento do setor público são contabilizadas pelo conceito de competência contábil, incluindo-se, aí, as despesas com juros.
- 3) De um modo geral, de meados de 1980 até meados de 1990, a dívida externa líquida do setor público foi perdendo importância relativa.
- 4) O programa de privatização brasileiro visava, pôr meio da venda dos ativos produtivos do setor público, gerar recursos que seriam destinados à redução do estoque da dívida pública.
- 5) A partir de 1990, o governo federal passou a controlar diretamente, uma maior parcela dos recursos públicos, facilitando, assim, a tarefa de estabilizar a economia.

11 – **(CESPE-UnB/Consultor do Senado Federal- Política Econômica/2002)** - Com referência às finanças públicas no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 1) A dívida líquida do setor público é definida como sendo a soma das suas dívidas interna e externa junto ao setor privado, incluindo a base monetária, as reservas internacionais e os créditos com o setor privado.
- 2) As necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal são definidas pela variação de sua dívida líquida.
- 3) No setor público, as necessidades de financiamento no conceito primário excluem a correção monetária, mas incluem o pagamento de juros que incidem sobre a sua dívida líquida.
- 4) De maneira geral, pode-se dizer que a primeira metade da década passada foi marcada pôr uma redução da dívida pública e das necessidades de financiamento do setor público e uma elevada senhoriagem real.
- 5) Na Segunda metade da década passada, ocorreu a elevação da dívida pública e das necessidades de financiamento do setor público e uma redução considerável da senhoriagem real.

12 – **(ESAF/AFCE-CE/TCU-2002)**- O déficit público no Brasil é mensurado a partir da idéia de necessidade de financiamento do setor público (NFSP). Este, por sua vez, pode ser apresentado por meio dos conceitos primário, operacional e nominal. Quanto a esses conceitos é correto afirmar que:

- a) no Brasil o déficit primário é maior do que o déficit nominal.
- b) nem no conceito primário nem no nominal estão incluídos os juros nominais da dívida pública.

- c) tanto o conceito operacional quanto o primário levam em consideração os juros reais da dívida pública.
- d) o pagamento de juros reais sobre a dívida pública não influi no déficit público, independentemente do conceito utilizado na sua apuração.
- e) no déficit primário, diferentemente do déficit nominal, não são considerados os juros nominais da dívida pública.

13 – **(ESAF/AFC/STN-2002)** - Considere A = poupança privada; B = investimento privado; C = poupança externa; e D = déficit público.

Com base nas identidades macroeconômicas básicas, é correto afirmar que:

- a) $D = C - A$
- b) $D = A - B + C$
- c) $D = C - B$
- d) $D = B - C$
- e) $D = -A - B - C$

14 - **(ESAF/Analista de Comércio Exterior/2002)** - Com relação aos conceitos de déficit e dívida pública, é incorreto afirmar que:

- a) o fato de os impostos serem maiores do que os gastos públicos não financeiros não garante uma redução na proporção dívida pública/PIB
- b) o déficit público pode ser considerado como "variável fluxo"
- c) a dívida pública pode ser considerada como "variável estoque"
- d) a proporção dívida pública/PIB não pode ser maior do que 1
- e) quanto maiores forem as taxas nominais dos títulos públicos, maior deverá ser a necessidade de financiamento do setor público em seu conceito nominal

15 – **(Adaptado)** - A partir da equação da restrição orçamentária do governo chega-se à seguinte equação diferencial (supõe-se não ser possível financiar o deficit via emissão de moeda):

$db/dt = p + (r - g)b$, onde **b** é a razão dívida pública/PIB, **p** é a razão deficit primário/PIB, **r** e **g** são, respectivamente, a taxa de juros real e a taxa de expansão da economia (dadas em decimais), e dy/dt é a derivada de **y** com relação ao tempo. Neste caso, para dado deficit primário, a razão dívida/PIB apresentaria trajetória explosiva se tivéssemos:

- (A) g maior do que r .
- (B) r maior do que g .
- (C) r maior do que $1+g$.
- (D) $r+g$ maior do que a unidade.
- (E) $r+g$ menor do que a unidade.

16 - **(Gestor Governamental/1997)** - Com relação aos conceitos de variável estoque e variável fluxo, pode-se afirmar que

- (A) o déficit público é necessariamente uma variável fluxo, ao passo que a dívida pública é necessariamente uma variável estoque.
- (B) o déficit público é uma variável fluxo e nada se pode afirmar quanto a dívida pública.
- (C) o déficit público, por ser independente da variável tempo, é necessariamente uma variável estoque.

- (D) dependendo do modelo, a classificação do déficit e dívida pública nos conceitos de variável estoque e fluxo podem ser alteradas.
- (E) as variáveis déficit e dívida pública, só podem ser classificadas num único conceito: ou ambas são variáveis estoque ou ambas são variáveis fluxo.

17 - **(Gestor Governamental/1997)** - Pode-se afirmar que o déficit público no Brasil é determinado

- (A) pelo investimento privado menos o déficit do balanço de pagamentos total.
- (B) pela poupança bruta do setor privado menos o investimento privado mais o déficit do balanço de pagamentos em transações correntes.
- (C) pela poupança bruta do setor privado menos o investimento privado.
- (D) pela poupança bruta do setor privado menos a depreciação.
- (E) pela poupança bruta do setor privado mais as importações menos o investimento privado

18 – **(CESPE-UnB/Analista Legislativo da Câmara dos Deputados/2002)** – Na Lei Orçamentária Anual, o grupo de despesas “juros e encargos da dívida” abrange as despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, bem como da dívida pública mobiliária federal interna e externa. Os juros constantes desse grupo de despesa diferem dos utilizados no cálculo das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSPs), pois os juros, nas NFSPs,

1. São calculados pôr regime de caixa e, na programação das despesas do orçamento, pôr regime de competência.
2. São estimados pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e, na programação das despesas do orçamento, pelo BACEN.
3. Abrangem o chamada governo central (Tesouro Nacional + BACEN) e, na programação das despesas do orçamento, abrangem as esferas dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
4. Abrangem a dívida pública do governo central (Tesouro Nacional + BACEN) em poder do público e, na programação das despesas do orçamento, abrangem a dívida pública de responsabilidade do Tesouro em poder do público, descontadas aquelas que constituam a carteira do BACEN.
5. São calculados sobre o estoque bruto da dívida do governo federal (mobiliária e contratual) e, na programação das despesas do orçamento, são calculados sobre as posições ativas menos as passivas do governo central.

19 – **(CESPE-UnB/Analista Legislativo da Câmara dos Deputados/2002)** – Pôr influência dos critérios de avaliação da economia do setor público de um determinado país, utilizados pelo Fundo Monetário Internacional, foi introduzido no Brasil o conceito de NFSP para a mensuração do resultado fiscal do setor público. no que concerne a essa metodologia, julgue os itens a seguir:

1. No Brasil, do ponto de vista metodológico, os dois resultados fiscais obtidos – acima da linha e abaixo da linha – deveriam ser exatamente iguais. Porém, devido a dificuldades encontradas no levantamento dos dados pelo Tesouro Nacional, as NFSPs são auferidas usualmente pelo método “abaixo da linha”, que calcula o déficit não com base no gasto em si, mas na variação líquida do estoque da dívida pública.
2. Em processos inflacionários crescentes e elevados, a mediação pelo conceito operacional tornar-se pouco eficiente para avaliar o desempenho do setor público, em decorrência das distorções que produz.

3. O principal objetivo do cálculo do resultado primário é avaliar a sustentabilidade da política fiscal em um dado exercício financeiro, tendo em vista o patamar atual da dívida consolidada e a capacidade de pagamento da mesma pelo setor público a longo prazo.
4. Déficits operacionais indicam a parcela do crescimento da dívida decorrente de financiamentos de gastos não financeiros que excedem as despesas fiscais.
5. A metodologia de cálculo das necessidades de financiamento do governo central sob o critério “acima da linha” enfoca a realização do gasto público pela óptica de caixa e abrange as operações de todas as entidades não-financeiras da administração direta e indireta que compõem o orçamento da União.

20 – **(CESPE-UnB/Analista Legislativo da Câmara dos Deputados/2002)** – O quadro atual referente ao déficit do setor público tem-se demonstrado insustentável na visão do mercado. A resistência do setor público ao ajustamento alimenta o déficit do governo federal, cujas necessidades de financiamento pressionam os juros, que, por sua vez, realimentam as despesas financeiras e o déficit. Esse ciclo tem produzido, como decorrência.

1. Melhora na distribuição de renda e riqueza.
2. Nova elevação de toda a estrutura de taxas de juros no segmento livre do mercado de empréstimos, dado o peso do setor governamental e de suas expressivas necessidade de financiamento.
3. Instabilidade cambial.
4. Necessidade de elevação gradual da carga tributária, com conseqüente desaquecimento da atividade econômica.
5. Degradação da infra-estrutura produtiva mantida pelo setor público.

21 – **(ESAF/Analista de Planejamento e Orçamento/2003)** - As Necessidades de Financiamento do Setor Público são apuradas nos três níveis de governo, quais sejam, Federal, Estadual e Municipal. Aponte o resultado fiscal negativo cuja apuração é exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal e que indica, efetivamente, o montante de recursos que o Setor Público necessitou captar junto ao sistema financeiro, ao setor privado e ao resto do mundo para a realização de suas despesas orçamentárias.

- a) O resultado da soma algébrica entre os gastos financeiros e receitas não financeiras.
- b) O resultado da diferença entre os gastos e receitas estimados sob a hipótese em que a economia esteja operando em pleno emprego.
- c) O resultado da diferença entre os gastos totais e as receitas totais.
- d) O resultado da diferença entre os gastos financeiros e não financeiros mais o pagamento de juros reais.
- e) O resultado da diferença entre a arrecadação de impostos e as despesas orçamentárias do governo no período, mais as despesas com a amortização da dívida pública e concessão de empréstimos.

22 - **(ESAF/AFRF/2003)** - Aponte a única opção incorreta no que diz respeito a impostos, déficit público e seus impactos.

- a) As despesas do governo e os impostos afetam o mercado de capitais.
- b) Aumentos nos impostos reduzem a renda disponível.
- c) O déficit público reduz a poupança nacional, provocando alta das taxas de juros reais.
- d) Quando o governo gasta mais do que arrecada, precisa obter empréstimos para financiar seu déficit.
- e) O déficit público provoca um aumento do investimento privado.

23 - **(ESAF/AFRF/2003)** - O forte ajuste fiscal realizado na economia brasileira no fim da década de 90, notadamente no ano de 1999, ano de grande austeridade fiscal, resultou em diversos benefícios nas contas públicas. Sob a ótica do ajuste fiscal, aponte qual opção é incorreta.

- a) Para uma mesma taxa de juros, após a desvalorização de 1999, o superávit primário requerido para estabilizar a relação dívida/PIB aumentou.
- b) Apesar da virtual estagnação do PIB em 1999 e do aumento da ordem de 4% do número de indivíduos que recebiam benefícios do INSS, a relação despesa com benefícios/PIB diminuiu ligeiramente nesse ano.
- c) O critério de desempenho para avaliar a política fiscal, no contexto do acordo do FMI de 1999, foi o valor da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) no conceito nominal.
- d) Permissão em 1999, para as empresas acertarem as suas dívidas com o fisco, sem pagamento de multas, permitiu uma cobrança de atrasados equivalente a aproximadamente 0,5% do PIB.
- e) A diminuição da taxa SELIC nominal de 45% para 19% entre o auge da crise econômica, no início de 1999 e o final do mesmo ano, se deu pela redução do risco-Brasil.

24 - **(ESAF/AFC-CGU/2004)** - Se a dívida pública de um país era de 25% do PIB no ano t e passou a ser 32,0% do PIB no ano $(t+5)$, determine qual foi o crescimento real anual médio dessa dívida, entre esses dois anos, considerando que o PIB teve um aumento real de 2,3% ao ano.

- a) 7,5 % ao ano
- b) 10,5 % ao ano
- c) 15,0 % ao ano
- d) 7,3 % ao ano
- e) 8,7 % ao ano

25 – **(CESPE-UnB/Analista de Comércio Exterior/MDIC/2004)** – Julgue o item a seguir, como verdadeiro ou falso.

No Brasil, durante a última década, ocorreu um aumento substancial da dívida pública dos estados e municípios, provocado pelos déficits elevados desses governos subnacionais.

26 – **(CESPE-UnB/Analista Pleno I – Área: Econômica/2004)** – Julgue o item a seguir, como verdadeiro ou falso.

O financiamento do déficit público por meio de empréstimos junto ao setor privado conduz à depreciação da moeda nacional e ao aumento das taxas de juros e, desse modo, contribui para expandir o déficit em conta-corrente.

27 – **(CESPE-UnB/Agente de Política Federal/2004)** – Julgue o item a seguir, como verdadeiro ou falso.

Em um ambiente de alta inflação, o fator relevante para a evolução da razão dívida/PIB ao longo do tempo é o tamanho relativo do resultado nominal.

28 - (ESAF/Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental/Regulação/2005)

- Com relação às definições utilizadas na mensuração do déficit público e da dívida pública no Brasil, é incorreto afirmar que:

- a) a dívida bruta do governo geral abrange o total dos débitos de responsabilidade do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.
- b) o Banco Central é incluído na apuração da dívida líquida pelo fato de transferir seu lucro automaticamente para o Tesouro Nacional.
- c) no conceito de setor público utilizado para a mensuração da dívida líquida do setor público no Brasil, não são incluídas as administrações indiretas e as empresas estatais municipais.
- d) a dívida líquida do setor público corresponde ao saldo líquido do endividamento do setor público não-financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro, o setor privado não-financeiro e o resto do mundo.
- e) as “Necessidades de Financiamento do Setor Público - resultado nominal sem desvalorização cambial”, correspondem à variação nominal dos saldos da dívida líquida, deduzidos os ajustes patrimoniais efetuados no período.

29 – (ESAF/Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental/MPOG/2005) -

06- Com relação às definições utilizadas na mensuração do déficit público e da dívida pública no Brasil, é incorreto afirmar que

- a) a dívida bruta do governo geral abrange o total dos débitos de responsabilidade do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.
- b) o Banco Central é incluído na apuração da dívida líquida pelo fato de transferir seu lucro automaticamente para o Tesouro Nacional.
- c) no conceito de setor público utilizado para a mensuração da dívida líquida do setor público no Brasil, não são incluídas as administrações indiretas e as empresas estatais municipais.
- d) a dívida líquida do setor público corresponde ao saldo líquido do endividamento do setor público não-financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro, o setor privado não-financeiro e o resto do mundo.
- e) as “Necessidades de Financiamento do Setor Público - resultado nominal sem desvalorização cambial” correspondem à variação nominal dos saldos da dívida líquida, deduzidos os ajustes patrimoniais efetuados no período.

Grupo 5: Tópicos Especiais de Economia do Setor Público

01 - (ESAF/AFC-CGU/2004) - Com relação à análise custo-benefício de projetos e programas governamentais, identifique a opção incorreta.

- a) O valor econômico dos benefícios tangíveis de um projeto em um mercado de competição perfeita é avaliado pelos preços de mercado e os benefícios precisam ser ajustados adequadamente.
- b) Se os benefícios excedem os custos, o projeto pode conduzir a uma mais eficiente alocação de recursos.

- c) A análise de custo-benefício não é um substituto para o processo político, uma vez que é um método de escolha para projetos alternativos, depois que o valor dos benefícios é determinado.
- d) Na identificação e mensuração de custos e benefícios, a questão mais importante refere-se ao tratamento das externalidades.
- e) Benefícios reais de um projeto são aqueles derivados de seus usuários finais.

02 - (ESAF/AFRF – 2002) - O multiplicador de impostos autônomos é a variação proporcional na renda causada por uma variação nos impostos autônomos. Assim sendo, o multiplicador do imposto autônomo é um número

- a) positivo.
- b) neutro.
- c) negativo.
- d) maior que 1.
- e) igual a 1.

03 - (ESAF/Analista de Comércio Exterior/1998) - Indique, entre os efeitos mencionados em cada uma das opções abaixo, qual não seria resultante de uma política de corte de impostos e aumento de despesas governamentais dos Estados Unidos.

- a) Um decréscimo no nível de investimento interno nos países da Europa.
- b) Uma queda no investimento externo líquido nos países da Europa.
- c) Nenhum efeito sobre o investimento ou a taxa de câmbio nos países da Europa.
- d) Um decréscimo na taxa real de câmbio dos países da Europa.
- e) Um decréscimo no déficit comercial externo dos países da Europa.

04 - (VUNESPE/Economista/BNDES-2002) O chamado cupom cambial

- (A) corresponde a um título do Tesouro brasileiro, expresso em moeda estrangeira.
- (B) significa a remuneração efetiva dos dólares convertidos em reais e aplicados no mercado financeiro brasileiro.
- (C) é calculado pela diferença entre os juros pagos pelo Tesouro brasileiro e a rentabilidade dos dólares depositados em bancos estrangeiros.
- (D) não tem relação com a rentabilidade dos recursos aplicados no mercado financeiro brasileiro.
- (E) não tem relação com a evolução da taxa de câmbio.

05 – (Adaptado) - O financiamento dos gastos do governo pela criação de base monetária provoca, no longo prazo, aumento da(o):

- (A) inflação.
- (B) nível das reservas internacionais.
- (C) endividamento externo.
- (D) endividamento público.
- (E) endividamento privado.

06 – (Adaptado) - A partir da equação da restrição orçamentária do governo chega-se à seguinte equação diferencial (supõe-se não ser possível financiar o deficit via emissão de moeda):

$db/dt = p + (r - g)b$, onde **b** é a razão dívida pública/PIB, **p** é a razão deficit primário/PIB, **r** e **g** são, respectivamente, a taxa de juros real e a taxa de expansão da economia (dadas em decimais), e dy/dt é a derivada de **y** com relação ao tempo.

Neste caso, para dado deficit primário, a razão dívida/PIB apresentaria trajetória explosiva se tivéssemos:

- (A) g maior do que r .
- (B) r maior do que g .
- (C) r maior do que $1+g$.
- (D) $r+g$ maior do que a unidade.
- (E) $r+g$ menor do que a unidade.

07 – (Adaptado) - No Modelo de Cagan a função da demanda por encaixes monetários reais (y) é dada por $y = \exp(-bp)$, onde **exp** significa exponencial, **b** é um parâmetro, e π é a taxa de inflação. Seja a receita do imposto inflacionário o produto da taxa de inflação pela demanda por encaixes monetários reais. A taxa de inflação que maximiza a receita do imposto inflacionário é:

- (A) $1 + b$
- (B) $1 - b$
- (C) $1/(1+b)$
- (D) $1/b$
- (E) $1/(1-b)$

08- (ESAF/AFC-STN/1996) – Assinale a alternativa falsa.

- a) Com a inflação, os bancos comerciais recebem uma transferência líquida de renda equivalente ao que recebem dos depositantes, menos o que pagam ao Banco Central.
- b) O imposto inflacionário é relacionado, mas não necessariamente idêntico, à senhoriagem.
- c) A senhoriagem é maximizada quando a elasticidade da base de tributação com respeito à alíquota de tributação é igual a 1.
- d) A análise de estabilidade do modelo de Cagan é comprometida devido à possibilidade de erros expectacionais sistemáticos.
- e) O modelo de Cagan, sob a hipótese de que as expectativas são formadas racionalmente, estabelece uma relação entre o nível de preços no presente e o valor do estoque de moeda esperado em todos os períodos no futuro.

09 - (ESAF/AFC-CGU/2004) - Nos últimos anos, tem-se assistido a freqüentes manifestações sobre a necessidade de um novo pacto federativo, que elimine a tensão que volta e meia se manifesta sob a forma de conflito nas relações intergovernamentais. Escolha a opção incorreta relacionada à globalização, regionalismo e federação.

- a) Em um novo pacto federativo, a autonomia deverá estar mais associada à flexibilidade no uso e à estabilidade dos recursos financeiros do que a liberdade para tributar.
- b) A harmonização da política tributária não afeta a autonomia dos entes federados, centrada na repartição das competências impositivas e no mecanismo de repartição de receitas constitucionalmente definidos.
- c) O período 1988-1998 sofreu influência de uma instável conjuntura econômica que afetou fortemente o campo fiscal e acabou por reverter parte significativa dos avanços alcançados no rumo da descentralização.
- d) A manutenção do federalismo requer a existência de instituições independentes em cada um dos níveis de governo.
- e) Quando as desigualdades regionais são grandes, o equilíbrio entre repartição de competências e a autonomia federativa depende de um eficiente sistema de transferências compensatórias.

10 - **(ESAF/AFC-CGU/2004)** - A justificativa para o que foi denominado ciclo político invertido baseou-se no argumento da existência de restrições políticas ou sociais à adoção de medidas fiscais impopulares. A promoção do desenvolvimento e o esforço no sentido de minimizar os conflitos sociais formam, naturalmente, parte do ideário de qualquer governo. O que caracteriza as políticas populistas, de acordo com seus críticos, seria a combinação de quatro fatores. Identifique o fator que não é pertinente.

- a) O ativismo governamental.
- b) O redistributivismo a qualquer custo.
- c) A afirmação das conseqüências positivas decorrentes de elevados déficits fiscais.
- d) A tentativa de promover o crescimento econômico, independentemente das condições de contexto.
- e) A ausência da percepção da existência de restrições macroeconômicas.

11 - **(ESAF/AFC-CGU/2004)** - Com base na Teoria das Finanças Públicas, assinale a única opção falsa.

- a) Um bem público puro é caracterizado por ter seu consumo não rival e não excludente.
- b) Bens privados são aqueles cujo consumo é tanto rival quanto excludente e são providos eficientemente em mercados competitivos.
- c) A exclusão permite que o produtor do bem privado possa ser pago sempre que um consumidor fizer uso do mesmo.
- d) Um exemplo de bem público puro é segurança nacional.
- e) Há rivalidade no consumo de um bem se o consumidor desse bem por parte de uma pessoa aumenta a disponibilidade do mesmo para as outras.

12 - **(ESAF/AFC-CGU/2004)** - Para atingir os objetivos de política econômica, o governo dispõe de um conjunto de instrumentos. Entre eles estão a política fiscal, monetária e cambial. Assinale a opção incorreta.

- a) A política cambial corresponde a ações do governo que atingem diretamente as transações internacionais do país.
- b) A política fiscal pode ser dividida em política tributária e política de gastos públicos.
- c) Para controlar as condições de crédito, o governo utiliza a política monetária.
- d) Quando o governo aumenta seus gastos, diz-se que a política monetária é expansionista e, caso contrário, é contracionista.
- e) Por meio da política cambial, o governo pode atuar no mercado de divisas de vários países.

13 - **(ESAF/Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento/2005)**

- Com relação ao Federalismo Fiscal não é correto afirmar que

- a) um modelo ideal de responsabilidade fiscal entre diferentes níveis de governo atribuiria aos governos estaduais e municipais atividades alocativas, enquanto atividades distributivas, bem como atividades alocativas de caráter nacional seriam executadas pelo governo federal.
- b) a estabilidade e equilíbrio financeiros são condições necessárias mas não suficientes para que o propósito de eficiência na gestão dos recursos por meio da descentralização seja de fato alcançado.
- c) a descentralização e a integração são os ingredientes necessários à instituição de formas eficientes de controle da sociedade sobre as ações do Estado.
- d) a descentralização favorece uma maior integração social, através do envolvimento dos cidadãos na determinação dos rumos da sociedade.
- e) as decisões sobre um aumento de despesas ou sobre a distribuição setorial dos gastos governamentais são tomadas no mesmo nível das decisões relativas às medidas a serem utilizadas em um país onde a organização é federativa.

Grupo 6: Equivalência Ricardiana

01 - (ESAF/AFC-STN/2000) - A equivalência ricardiana constitui uma das concepções alternativas acerca da análise do déficit público e suas implicações sobre o desempenho econômico. Tal concepção significa que:

- a) um corte nos impostos hoje financiado com dívida pública deixa o consumo inalterado, ou porque as famílias não esperam um aumento nos impostos futuros ou porque elas não se preocupam com as gerações futuras
- b) um corte nos impostos hoje financiado com dívida pública deixa o consumo inalterado, porque as famílias esperam um aumento nos impostos futuros e não se preocupam com as gerações futuras
- c) um corte nos impostos hoje financiado com dívida pública deixa o consumo inalterado apenas se as famílias não se preocupam com as gerações futuras
- d) um corte nos impostos hoje financiado com dívida pública deixa o consumo inalterado, porque as famílias esperam um aumento nos impostos futuros e se preocupam com as gerações futuras
- e) um corte nos impostos hoje financiado com dívida pública deixa o consumo inalterado somente se as famílias não esperam um aumento nos impostos futuros

02 - (ESAF/AFC-STN/1997) - Assinale a afirmativa incorreta.

- a) Na avaliação da sustentabilidade da política fiscal de um país faz mais sentido avaliar sua razão dívida / PIB.
- b) De acordo com a proposição da equivalência ricardiana, dizer que os consumidores alteram seu consumo em resposta a uma redução nos impostos é o mesmo que dizer que a poupança privada cresce na mesma proporção que o déficit.
- c) Quando a equivalência ricardiana falha, déficits mais altos conduzem a uma maior demanda e a um maior produto no curto prazo.
- d) O cancelamento de parte ou totalidade da dívida (repúdio) é uma alternativa não atrativa por causa do problema de inconsistência temporal.
- e) Os efeitos do déficit e da dívida sobre o produto dependem da consideração da restrição orçamentária.

03 - (ESAF/Analista de Comércio Exterior/2002) - Alguns economistas afirmam que um corte nos impostos hoje financiados com dívida pública não causa elevações no consumo agregado. Ou seja, uma política de corte dos impostos não teria os efeitos previstos no modelo de determinação da renda. Estes economistas são conhecidos como “ricardianos” por defenderem a idéia da chamada “equivalência ricardiana”. Com base nesta afirmação, é correto afirmar que esses economistas

- a) levam em conta os efeitos previstos no modelo IS/LM em uma economia aberta com taxas fixas de câmbio: a elevação do déficit público tende a provocar mudanças nas taxas de juros, com efeitos desfavoráveis sobre o consumo.

- b) afirmam que o consumo depende da renda disponível; ou seja, os consumidores não levam em conta um corte nos impostos financiados com dívida pública em suas decisões de consumo.
- c) afirmam que um corte nos impostos financiados com dívida pública torna o valor do multiplicador dos gastos igual a 1.
- d) partem da idéia de que um corte nos impostos hoje financiados com dívida pública resulta em um aumento nos impostos futuros. Se os agentes são racionais e se preocupam ou com o seu futuro ou com as gerações futuras, irão poupar o corte nos impostos hoje.
- e) levam em conta os efeitos previstos no modelo IS/LM em uma economia aberta com taxas fixas de câmbio: a elevação do déficit público tende a reduzir as exportações, conseqüentemente, sobre a renda e consumo.

04 – **(CESPE-UnB/Analista do Banco Central do Brasil/1998)** – Julgue os itens a seguir, relativos a modelos de preços ativos

- 1. De acordo com a proposição da equivalência ricardiana, a forma pela qual o governo financia seus déficits ou investe seus superávits é irrelevante. Essa irrelevância com relação ao financiamento é uma aplicação do teorema de Modigliani-Miller.
- 2. A equivalência ricardiana aplica-se mesmo que os impostos seja distorcivos e que haja risco de default nos títulos do governo.

05 – **(Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental)** - Considerando a concepção Ricardiana da dívida pública, pode-se afirmar que

- (A) uma redução nos impostos não altera o consumo, mesmo que o governo reduza seus gastos sinalizando assim que não irá aumentar os impostos no futuro.
- (B) as heranças invalidam a concepção Ricardiana da dívida pública.
- (C) uma redução nos impostos financiados com endividamento reduz o consumo.
- (D) uma redução nos impostos no presente financiado com dívida pública e sem que haja uma alteração no padrão de gastos do governo deixa o consumo inalterado.
- (E) uma redução permanente nos impostos não altera o consumo.

06 – **(ESAF/Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA/2004)** - Considere as seguintes restrições orçamentárias num modelo de dois períodos:

- do governo: $T_1 + T_2/(1+r) = G_1 + G_2/(1+r)$
- das famílias: $C_1 + C_2/(1+r) = (Y_1 - T_1) + (Y_2 - T_2)/(1+r)$

Onde

- T_1 = impostos no período 1;
- T_2 = impostos no período 2;
- G_1 = gastos do governo no período 1;
- G_2 = gastos do governo no período 2;
- C_1 = consumo no período 1;
- C_2 = consumo no período 2;
- Y_1 = renda no período 1;
- Y_2 = renda no período 2.

Com base nessas informações e partindo da proposição conhecida como "equivalência ricardiana", é correto afirmar que:

- a) mesmo que o governo altere o seu padrão de gastos corrente e futuro, uma queda nos impostos no período 1 financiado com endividamento público não altera o consumo no período 1.
- b) desde que o governo não altere o seu padrão de gastos corrente e futuro, uma queda nos impostos no período 1, financiado com endividamento público, não altera o consumo no período 1.
- c) uma redução nos impostos no período 1, financiado com endividamento público, aumenta o consumo nos períodos 1 e 2.
- d) uma redução nos impostos no período 1, financiado com endividamento público, reduz o consumo nos períodos 1 e 2.
- e) desde que o governo não altere o seu padrão de gastos corrente e futuro, uma queda nos impostos no período 1, financiado com endividamento público, resulta num aumento no consumo apenas do período 2.

07 – (CESPE-UnB/Economista Pleno/Petrobrás/2004) – Julgue o item a seguir, como verdadeiro ou falso.

1. De acordo com a teoria da equivalência ricardiana, a indexação das faixas de renda relativas ao imposto de renda das pessoas físicas (IRPF), no Brasil, aumentou a renda disponível, contribuindo, assim, para elevar os níveis de consumo da economia.
2. Cortes temporários nos impostos – como é o caso da recente redução do Imposto sobre o Produto Industrializado (IPI) sobre o setor automobilístico – que resultam em déficits fiscais financiados por dívida pública, não provocam alta permanente no nível de preços pelo fato de a expansão inicial da demanda agregada ser completamente revertida em razão do aumento da taxa de juros.
3. Políticas tributárias e de transferências afetam a despesa agregada pelo fato de esses instrumentos fiscais, além de afetarem a renda disponível, influenciarem, também, as taxas de juros.
4. Em períodos inflacionários, a evolução da razão dívida/PIB ao longo do tempo depende do tamanho relativo do resultado operacional, que considera os efeitos da alta dos preços sobre essa razão.

08 - (ESAF/AFC-STN/2000) - Considere o consumo das famílias e os gastos do governo num modelo de escolha intertemporal de 2 períodos: presente e futuro. Suponha que as decisões de consumo das famílias possam ser expressas a partir da seguinte equação, também conhecida como restrição orçamentária intertemporal das famílias num modelo de 2 períodos:

$$C_1 + C_2/(1 + r) = (Q_1 - T_1) + (Q_2 - T_2)/(1 + r)$$

onde (para $i = 1, 2$)

C_i = consumo no período i
 Q_i = produção no período i
 T_i = impostos no período i
 r = taxa real de juros.

Suponha ainda que o governo se depare com a seguinte restrição orçamentária intertemporal:

$$G_1 + G_2/(1 + r) = T_1 + T_2/(1 + r)$$

onde (para $i = 1,2$)

G_i = gastos do governo no período i

Podemos afirmar então que:

- a) um corte nos impostos no presente tem maiores efeitos no consumo futuro, caso este corte não seja acompanhado por alterações no padrão de gastos do governo
- b) um corte nos impostos no presente com certeza altera o consumo presente, independente de alterações no padrão de gastos do governo no presente e futuro
- c) um corte nos impostos no presente atua no modelo de escolha intertemporal como no modelo keynesiano: o consumo é estimulado pelo aumento da renda disponível
- d) se o governo corta os impostos no presente sem que ocorram alterações no padrão de seus gastos, presente e futuro, tanto o consumo presente quanto futuro ficam inalterados
- e) um corte nos impostos não causa alterações no consumo, já que, em um modelo de escolha intertemporal, o consumo é exógeno

09 – (CESPE-UnB/Economista Júnior – Petrobrás/2001) – A análise do consumo, da poupança e do investimento, variáveis macroeconômicas básicas, é crucial para a determinação da renda e do produto de equilíbrio. A esse respeito, julgue os itens abaixo.

1. De acordo com a teoria do ciclo de vida do consumo, além da renda corrente, todo o perfil futuro da renda contribui para explicar os níveis de consumo ao longo do seu tempo de vida.
2. De acordo com a teoria keynesiana, os determinantes mais importantes do consumo são, nessa ordem, a riqueza do consumidor e a taxa de juros.
3. A propensão média a consumir a renda transitória é, para os defensores da hipótese da renda permanente, superior à propensão média a consumir a renda permanente.
4. Contrariamente aos investimentos em capital fixo, o investimento em estoque é relativamente insensível às variações na produção.
5. A hipótese de Barro-Ricardo afirma que uma redução nas alíquotas tributárias que incidem sobre a renda, em vez de aumentar o consumo, contribui para incrementar as taxas de poupança da economia.

Grupo 7: Questões da ANPEC

01 – (ANPEC 2001) – Julgue os itens a seguir

A abordagem Barro-Ricardo argumenta que uma redução de impostos no presente, financiada por emissão de títulos, não aumenta o consumo presente, mas sim o consumo futuro quando o governo resgatar os títulos e efetuar o pagamento dos juros.

02 – (ANPEC 1994) - Resposta verdadeiro ou falso:

- (0) O déficit operacional é sempre igual ao déficit primário, quando não há inflação.
- (1) De acordo como chamado efeito Oliveira-Tanzi, quando a inflação aumenta, a receita propiciada pela tributação cai.
- (2) Em regimes de alta inflação o déficit público nominal ocorre devido à perda de receita

fiscal. Assim, o déficit nominal iguala-se ao déficit operacional quando o Governo indexa os impostos à evolução de um índice inflacionário diário.

- (3) Se houver superávit no balanço de pagamentos em transações correntes e igualdade entre poupança privada e investimento privado, as contas do Governo devem ser deficitárias.

03 – (ANPEC 1994) - Resposta verdadeiro ou falso:

- (0) De acordo com a equação de Fisher referente à taxa de juros, o crescimento monetário sustentado provoca aumentos imediatos na taxa de juros nominal, mas não tem qualquer efeito na taxa de juros real de longo prazo.
- (1) O imposto inflacionário é a habilidade do Governo em aumentar a receita pela criação de moeda, sendo que os economistas admitem que este imposto tem uma relação direta com a inflação.
- (2) Os economistas que enfatizam o lado da oferta (supply side economics) apoiam-se na conhecida proposição de Laffer que postula uma relação inversa entre receita tributária e a alíquota do imposto.

04 – (ANPEC 1995) - Indique se as proposições abaixo são falsas ou verdadeiras:

- (0) Segundo o efeito Oliveira-Tanzi, o aumento da taxa de inflação leva à redução do estoque de moeda e ao fim da própria inflação.
- (1) Para Keynes somente haverá inflação quando, estando a economia operando em pleno-emprego, ocorrer um aumento da demanda será o aumento da renda.
- (2) Na visão monetarista moderna, déficits públicos persistentes podem causar inflação mesmo que sejam completamente financiados por emissão de títulos da dívida pública, sem qualquer expansão monetária. Diante da expectativa de que a dívida acumulada seja eventualmente monetizada, os agentes se antecipam, reduzindo a demanda de moeda no período corrente e provocando inflação.

05 – (ANPEC 1995) - Indique se as proposições abaixo são falsas ou verdadeiras:

- (0) A curva de Laffer mostra que, quando a inflação sobe acima de certo patamar, reduz-se a receita do Banco Central com a inflação, já que os agentes passam a reter menos moeda.
- (1) Como consequência da hipótese da equivalência, de Ricardo, a existência do efeito riqueza na função consumo implica que, mesmo quando o governo financia o déficit via emissão de títulos públicos, há inflação devido ao aumento dos gastos dos agentes privados.

- (2) A visão keynesiana tradicional é de que o déficit público só causa inflação caso seja financiado por emissão de moeda, situação em que a redução da taxa de juros aumentaria a demanda agregada e pressionaria os preços. Já o déficit financiado pela emissão de títulos não teria efeito inflacionário.
- (3) Segundo a “economia do lado da oferta”, uma redução de impostos que aumente os lucros também aumenta os investimentos.

06 – (ANPEC 1999) - Assinale se as afirmativas abaixo são falsas ou verdadeiras:

- A) Segundo a concepção ricardiana da dívida pública, uma redução nos impostos não altera o consumo, mesmo que o governo reduza seus gastos, sinalizando que assim não irá aumentar os impostos no futuro.
- B) Segundo a concepção ricardiana da dívida pública, uma redução nos impostos no presente financiado com dívida pública e sem que haja uma alteração no padrão de gastos do governo deixa o consumo inalterado.
- C) A existência de herança invalida a concepção ricardiana da dívida pública.
- D) Imperfeições no mercado de crédito invalidam a concepção ricardiana da dívida pública.

07 – (ANPEC 2000) - Indique se as afirmativas são falsas ou verdadeiras:

- (0) Segundo a “equivalência Ricardiana”, uma redução de impostos não exerce impacto algum sobre as decisões de consumir, caso os planos de gastos governamentais permaneçam inalterados.
- (1) A “equivalência Ricardiana” não se aplica se houver restrições ao crédito para as famílias.

08 - (ANPEC 2002) - As proposições abaixo versam sobre finanças públicas. Indique se são verdadeiras ou falsas:

- (0) De acordo com a equivalência ricardiana, o governo deveria financiar seus gastos por meio da emissão de dívida pública, pois desta forma não provocará uma redução do consumo privado.
- (1) Suponha um aumento de gasto governamental. Segundo a equivalência ricardiana, a elevação dos juros que decorre do financiamento via emissão de títulos públicos é a razão pela qual o impacto sobre o consumo será idêntico ao que se verificaria no caso do financiamento via aumento de impostos.
- (2) Em um país com inflação nula, para estabilizar a relação entre dívida pública e PIB, é necessário que o governo obtenha superávit primário equivalente à taxa nominal de juros.
- (3) déficit primário do governo não considera os gastos e os ganhos advindos de operações financeiras.
- (4) déficit governamental corrente é uma variável anti-cíclica, pois correlaciona-se negativamente com o nível de atividade.

09 - (ANPEC 1993) - Em uma economia a taxa de inflação “ π ” é constante e a taxa de expansão monetária $\frac{dM}{M \cdot dt}$ é igual à de inflação:

$$\frac{dM}{M \cdot dt} \cdot \pi \quad (1)$$

A demanda por moeda é uma função crescente do nível de produto y (que é constante) e decrescente da taxa de inflação, sendo tal função expressa por:

$$\frac{M}{P} = ky \exp(-\alpha\pi) \quad (2)$$

onde “ P ” é o nível de preços, “ k ” e “ α ” são constantes positivas e “ \exp ” é a função exponencial.

Isto posto, o imposto inflacionário I a cada momento é igual ao poder da compra da moeda que entra em circulação:

$$I = \frac{dM}{dt} \cdot \frac{1}{P} = \frac{M}{P} \cdot \frac{dM}{Mdt} = ky \exp(-\alpha\pi)\pi \quad (3)$$

Verifica-se de (3) que o imposto inflacionário é uma função de uma única variável, π , pois k e y são constantes:

$$I(\pi) = \pi \exp(-\alpha\pi)ky$$

O governo deste país escolhe a taxa de expansão monetária (que é igual à taxa de inflação) π de modo a arrecadar o máximo de imposto inflacionário possível. Seja π^* a taxa escolhida e I^* a arrecadação do imposto inflacionário quando a taxa de inflação for π^* .

Isto posto, responda Verdadeiro ou Falso:

- (0) $\pi^* = 1$.
- (1) $\pi^* = \alpha^{-1}$.
- (2) $I^* = \frac{ky}{\exp \alpha}$.
- (3) $I^* = \frac{ky}{\alpha.e}$

10 – (ANPEC 1992) - Tendo em conta os diversos conceitos de déficit público utilizados no Brasil, responda Verdadeira ou Falsa:

- (0) o déficit nominal é calculado subtraindo das despesas correntes do governo sua receita corrente.
- (1) o déficit nominal inclui entre as despesas do governo a correção monetária da dívida pública, ao passo que o déficit operacional não inclui esse item entre as despesas.
- (2) o valor da arrecadação do “imposto inflacionário” não faz parte do cálculo nem do déficit nominal, nem do déficit operacional.
- (3) o déficit primário não inclui entre as despesas do governo os juros da dívida pública.

11 – (ANPEC 1993) - A respeito dos diversos conceitos de déficit público utilizados no Brasil, responda Verdadeiro ou Falso:

- (0) O déficit nominal e operacional seriam idênticos caso a inflação fosse igual a zero.
- (1) O déficit operacional será menor do que o déficit primário se ao longo do ano a taxa de juros real que incide sobre a dívida pública for negativa.
- (2) O déficit operacional é calculado subtraindo-se do déficit nominal o imposto inflacionário.
- (3) O déficit primário pode ser calculado a partir do déficit nominal subtraindo-se deste último os juros nominais que incidem sobre a dívida pública.

12 – (ANPEC 1996) - Classifique como Verdadeira ou Falsa cada uma das seguintes afirmativas:

(0) O déficit primário corresponde à diferença entre a receita do Governo em termos nominais e todos os gastos do Governo, incluindo juros e amortização das dívidas públicas internas e externas.

(1) A chamada **senhoriagem** corresponde ao aumento real da base monetária, enquanto o **imposto inflacionário** se refere à desvalorização da quantidade de moeda em poder do público.

(2) *Ceteris paribus*, um aumento dos juros pagos pelos títulos do governo aumentam o déficit nominal, mas não o déficit primário.

(3) Um déficit do Governo sempre gera um aumento da base monetária, na medida em que o Banco Central é o banco do governo e tem como uma de suas atribuições financiar

13 – (ANPEC 2000) - Indique se as afirmativas são falsas ou verdadeiras:

(0) Segundo a “equivalência Ricardiana”, uma redução de impostos não exerce impacto algum sobre as decisões de consumir, caso os planos de gastos governamentais permaneçam inalterados.

(1) A “equivalência Ricardiana” não se aplica se houver restrições ao crédito para as famílias.

14 – (ANPEC 2003) - Avalie as proposições abaixo, relativas à equivalência ricardiana:

(0) Admitindo-se a equivalência ricardiana, a retração de consumo proveniente do financiamento dos gastos mediante impostos pode ser evitada se o financiamento se der por meio do lançamento de títulos públicos.

(1) Admitindo-se a equivalência ricardiana, uma queda antecipada nos gastos futuros do governo não afeta o consumo corrente.

(2) O consumo depende da riqueza logo, segundo a equivalência ricardiana, quanto mais títulos do governo estiverem nas mãos das pessoas, maior deverá ser o consumo.

(3) Uma maneira de testar a equivalência ricardiana é verificar se o consumo das pessoas depende da renda disponível ou da renda permanente.

(4) A hipótese de que os consumidores são indiferentes ao bem-estar das gerações futuras enfraquece a teoria da equivalência ricardiana.

15 – (ANPEC 2006) – Avalie as proposições abaixo:

⊙ Entende-se por “superávit fiscal primário” a diferença entre receitas e gastos governamentais, excetuadas as despesas com pagamento de juros.

① Déficit primário no orçamento público faz crescerem o déficit público total e os gastos com pagamento de juros.

② De acordo com o princípio da Equivalência Ricardiana, uma redução de impostos financiada pela emissão de títulos públicos não implica aumento de poupança.

③ Em uma economia sem crescimento real, o endividamento é a única forma de se pagar por programas governamentais.

④ Segundo a teoria da paridade do poder de compra da taxa de câmbio, os movimentos verificados na taxa de câmbio entre duas moedas refletem primordialmente as diferenças no comportamento dos preços dos países que as emitiram.

16 – (ANPEC 2005) Avalie as proposições:

- ⊙ Segundo a equivalência Barro-Ricardo, uma elevação do déficit público não necessariamente leva a uma maior taxa de juro real, pois a queda na poupança pública é compensada por um aumento da poupança privada.
- ① Se vale a equivalência Barro-Ricardo, títulos públicos não são considerados riqueza pelas famílias.

17 – (ANPEC 2006) - Avalie as proposições abaixo:

- ⊙ Entende-se por “superávit fiscal primário” a diferença entre receitas e gastos governamentais, excetuadas as despesas com pagamento de juros.
- ① Déficit primário no orçamento público faz crescerem o déficit público total e os gastos com pagamento de juros.
- ② De acordo com o princípio da Equivalência Ricardiana, uma redução de impostos financiada pela emissão de títulos públicos não implica aumento de poupança.
- ③ Em uma economia sem crescimento real, o endividamento é a única forma de se pagar por programas governamentais.

Gabarito

Grupo 1: Introdução às Finanças Públicas

- 01 - C
- 02 - C
- 03 - D
- 04 - D
- 05 - A

Grupo 2: Tributação e Sistema Tributário

- 01 - C
- 02 - B
- 03 - C
- 04 - E
- 05 - A
- 06 - E
- 07 - A
- 08 - E
- 09 - B
- 10 - B
- 11 - D
- 12 - C
- 13 - B

- 14 – D
- 15 – C
- 16 – E
- 17 – D

Grupo 3: Temas Orçamentários

- 01 – C
- 02 - A
- 03 - B
- 04 – E
- 05 – B

Grupo 4: Déficit e Dívida Pública

- 01 - E
- 02 - C
- 03 - C
- 04 - C
- 05 - A
- 06 - A
- 07 - D
- 08 - E
- 09 - B
- 10- V, F, V, V e F.
- 11 – F, F, F, V e V
- 12 – E
- 13 – B
- 14 – D
- 15 – B
- 16 – A
- 17 – B
- 18 - 1.F, 2.F, 3.V, 4.F, 5.F
- 19 - 1.V, 2.F, 3.V, 4.F, 5.V
- 20 - 1.F, 2.V, 3.V, 4.V, 5.V
- 21 – C
- 22 – E
- 23 – C
- 24 –
- 25 – V
- 26 – F
- 27 – F
- 28 – C
- 29 – C

Grupo 5: Tópicos Especiais de Economia do Setor Público

- 01 – A
- 02 - C
- 03 - C
- 04 - B
- 05 – A
- 06 – B
- 07 – D
- 08 – C
- 09 – B
- 10 – C
- 11 – E
- 12 – D
- 13 – E

Grupo 6: Equivalência Ricardiana

- 01 - D
- 02 – B
- 03 – D
- 04 – 1.V, 2.F
- 05 – E
- 06 – B
- 07 – (1).F, (2).F, (3).F e (4).F
- 08 – D
- 09 – 1.V, 2.F, 3.F, 4.F e 5.V

Grupo 7: Questões da ANPEC

- 01 - F
- 02 - (0) F - (1) V - (2) F - (3) F
- 03 - (0) V - (1) F - (2) F
- 04 - (0) F - (1) V - (2) V
- 05 - (0) V - (1) F - (2) F - (3) V
- 05 – A.V, B.V, C.F, D.V
- 07 – 0.V, 1.V
- 08 – 0.F, 1.F, 2.F, 3.V e 4.V
- 09 - (0) F - (1) V - (2) F - (3) V
- 10 –
- 11 - (0) V - (1) V - (2) F - (3) V
- 12 - (0) F - (1) V - (2) V - (3) F
- 13 - (0) V - (1) V
- 14 – 0.F, 1.F, 2.F, 3.V e 4.V
- 15 - (0).V, (1).V, (2). F, (3).F e (4) V
- 16 - (0).V, (1).V
- 17 – (0).V, (1).V, (2). F, (3).F